



## Desembargadora do TRT-SP e filha discutem com PMs em blitz da lei seca

A lei seca colocou em situação constrangedora a desembargadora Yara Ramires da Silva Castro, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de São Paulo, e a sua filha, Roberta Sanches de Castro, nesta quarta (11/7). Elas foram encaminhadas para a sede da Corregedoria da Polícia Militar, na região central da capital paulista, depois de se envolverem em uma discussão com policiais militares da Companhia Tática do Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran) na Avenida Paulista. As informações são do jornal *Gazeta do Povo*.

O veículo conduzido por Roberta e ocupado também pela desembargadora e outras duas passageiras foi parado pelos policiais numa blitz na pista sentido Centro em frente ao prédio da Fundação Cásper Líbero. Segundo os PMs, a soldado Cláudia se aproximou do carro e solicitou a carteira de motorista e o documento de identidade de Roberta. Após entregar os documentos, a condutora ficou indignada com a solicitação para realizar o teste do bafômetro. Segundo os policiais, Roberta teria dito à desembargadora: "Isso é uma palhaçada. Mãe, mostra para ele quem nós somos".

A filha da desembargadora, segundo os policiais, na tentativa de recuperar o documento, tentou agredir a policial, mas acabou atingindo o 3º sargento Edmilson, que se posicionou na frente da soldado. Os policiais afirmaram que as duas passageiras que estavam no banco traseiro, ao testemunharem o incidente, deram razão aos policiais.

Os policiais disseram ainda que as outras duas passageiras resolveram desistir da carona e pegaram um táxi. Mãe e filha foram encaminhadas para a Corregedoria da PM para prestar depoimento e de lá seriam levadas para o plantão do 78º Distrito Policial, dos Jardins.

Roberta e Iara responderão por desacato à autoridade. Contra Roberta também será feito um auto de infração de averiguação de embriaguez, já que se recusou a passar pelo bafômetro. Neste caso, a condutora é multada em R\$ 957,70, mas não fica impedida de dirigir até a conclusão do inquérito. A motorista, segundo os policiais, após deixar a Corregedoria, seria encaminhada para o IML para realizar teste clínico de embriaguez ou, então, teste por meio de coleta de sangue, caso aceite fazê-lo.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2012-jul-12/desembargadora-trt-sp-filha-discutem-pms-blitz-lei-seca/>